

15
anos

PUC Viva

Nº 698 - 11/5/2009

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

COMITÊ CONTRA OS EFEITOS DA CRISE PREPARA NOVA AUDIÊNCIA PÚBLICA

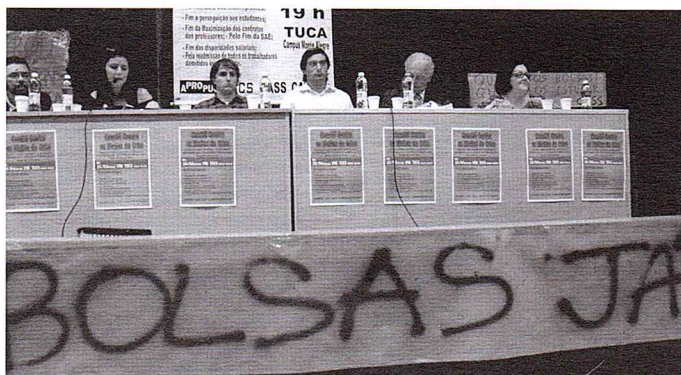
O Comitê Contra os Efeitos da Crise continua se reunindo para articular suas ações, reafirmar as reivindicações e mobilizar estudantes e trabalhadores da PUC-SP. Após a Audiência Pública, os estudantes e professores fizeram um balanço sobre o primeiro encontro com o gestor da universidade. Confira a íntegra da carta nesta edição do **PUCviva**.

As principais bandeiras do Comitê foram apresentadas para a comunidade no ato do dia 30/3, quando professores, estudantes e funcionários percorreram os corredores da universidade pedindo por redução das mensalidades, bolsas de estudo, matrícula dos inadimplentes, fim da SAE e da perseguição aos estudantes. Reivindicaram, também, o fim da maximização

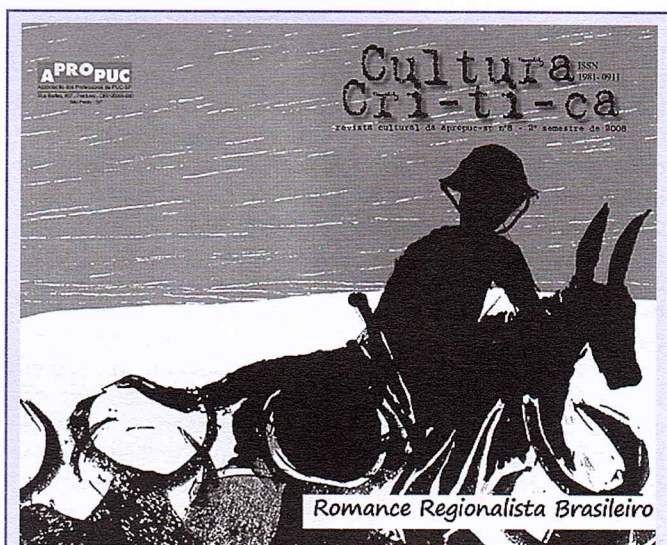
dos professores e das disparidades salariais, reintegração de todos os demitidos e uma auditoria pública da dívida da PUC-SP.

Depois, na Audiência Pública do dia 28/4, toda a comunidade pode se manifestar diretamente ao gestor da universidade e presenciar a argumentação do reitor referente aos principais problemas apontados, diante de um TUCA lotado.

E os trabalhos não pararam. O Comitê Contra os Efeitos da Crise está agendando um segundo encontro com Dirceu de Mello, além das reuniões que continuam acontecendo semanalmente e são abertas a todos os membros da comunidade. A próxima reunião acontecerá no dia 12/05, 18h, terça-feira, no CACS (Ciências Sociais).



A mesa da primeira audiência pública com o reitor Dirceu de Mello



Revista *Cultura Crítica* discute Regionalismo

No dia 11/5, às 19h, na sala 333 do Prédio Novo, será lançada a oitava edição da Revista *Cultura Crítica*. O tema dessa publicação é o *Romance Regionalista Brasileiro*, em que diversos intelectuais e pesquisadores dissertaram sobre autores e obras que universalizaram o regionalismo no Brasil. A publicação será distribuída gratuitamente aos professores associados à APROPUC e a todos que comparecerem ao evento.

Os colaboradores da

Revista que já confirmaram presença no lançamento são: Eduino José Orione, Jefferson Agostini Mello, Roberta Fernandes Alves e Vima Lia Martin.

A revista tem como intuito apresentar reflexões sobre o regionalismo na década de 1930. Além disso as obras também discutirão as obras regionais mais atuais e a influência da literatura social nordestina para a consolidação de outros gêneros literários.

GABRIELA MONCALI

EDITORIAL

Por um balanço do 1º de Maio

A Apropuc esteve presente no 1º de Maio da Praça da Sé. Não apenas cumpriu o dever sindical como respondeu à necessidade de organizar a luta dos trabalhadores e da juventude. Certamente, avaliamos que poderíamos fazer melhor, e, por isso mesmo, é necessário um balanço.

Entendemos que os assalariados, pobres, desempregados e famintos perderam a oportunidade de levantar suas bandeiras, de unir-se e de marchar aos milhares pelas ruas. E a universidade perdeu um bom momento para se contrapor à derrocada do ensino, ao avanço da mercantilização da educação e à impossibilidade de milhões de jovens acessarem o ensino superior.

As condições de existência da maioria e a decadência do ensino exigem respostas que não virão do governo e da classe dominante. Terão de vir da classe operária, dos assalariados em geral, dos camponeses pobres e da juventude oprimida. Se não vêm dos explorados, o declínio do capitalismo avançará e suas nefastas consequências sociais se ampliarão livremente.

Coloca-se a pergunta: por que não tivemos um 1º de Maio unitário, massivo e de luta?

A explicação não se encontra nas condições objetivas. Muito pelo contrário, a crise econômica expressa a decomposição histórica do capitalismo e sua sustentação por meio da barbárie (desemprego, fome, criminalidade, corrupção, guerras). Resta explicar o fenômeno pelas condições subjetivas, ou seja, pela política.

Mais uma vez, as inúmeras centrais sindicais compareceram divididas e, mais uma vez, a CUT virou as costas para um 1º de Maio que unisse empregados e de-

sempregados. Mais uma vez, a Força Sindical se mostrou agência de corrupção dos explorados, com sorteios e show distracionista.

Rejeitando essa conduta, Pastoral Operária, Conlutas, Intersindical e correntes de esquerda realizaram o 1º de Maio da Sé. Mas a manifestação oposicionista não foi além de um ato restrito, precedido de missa, marcado por discursos, manifestações culturais, batuques e protestos de pequenos grupos. Nem mesmo a tradicional passeata ocorreu. A dispersão política falou mais alto, o que é grave diante do novo quadro econômico e social aberto pela crise mundial do capitalismo.

O 1º de Maio evidenciou com absoluta clareza a profunda crise de direção da classe operária. A ausência do programa unificador e da política correspondente no seio das massas é o ponto de partida, acreditamos, do por que o 1º de Maio não constituiu um momento de luta unitária. Os pobres e famintos não se deparam com uma política que seja expressão de suas condições sociais. Não podem transformar seus instintos de defesa e luta pela existência em consciência de classe explorada, em consciência coletiva, revolucionária. Assim, por suas condições de pobreza e miséria e por estar de frente com a maior crise do pós-guerra, a maioria explorada se acha em gigantesco atraso político e submetida às direções sindicais pró-capitalistas.

É necessário trabalhar por uma nova direção que ajude os trabalhadores e a juventude se emanciparem da política burguesa e pequena burguesa. Viva o 1º de Maio dos explorados, unitário e de luta!

Diretoria da APROPUC

Evento comemora o dia do Assistente Social

A Faculdade de Serviço Social, juntamente com a Pós-graduação e o Centro Acadêmico de Serviço Social, iniciam nesta semana as comemorações do dia do Assistente Social.

Já na sexta-feira, 15/5, os professores Lucio Flavio Rodrigues, do Departamento de Política, e a professora Bia Abramides, do Departamento de Fundamentos da Faculdade de Serviço Social, debaterão *A Conjuntura da Segunda Metade dos anos 70 e o Significado do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, às 8h no Museu da Cultura. À noite, o mesmo tema será debatido pela Deputada Federal Luiza Erundina de Souza e Antonio Rago Filho, do Departamento de História, também no Museu da Cultura.

Na segunda-feira, 18/5, às 8h, o tema em debate será *A Formação Profissional e a Construção do Conhecimento na Área do Serviço Social*, com os professores Maria Liduína Pereira da Universidade Federal de São Paulo, Vice-Presidente da ABEPSS (Região Sul II) e Maria Lúcia Martinelli, do Departamento de Fundamentos da Faculdade de Serviço Social. Às 19h os debates se encerram com Maria Carmelita Yasbek e Laisa Regina Di Maio

Campos Toledo, do Departamento de Fundamentos da Faculdade de Serviço Social. Os dois debates acontecerão na sala 239, no prédio novo.

Finalizando o evento, no dia 19/5, terça-feira, estará em debate *A Profissão do Serviço Social e a sua Interlocução com os Movimentos Sociais*. Às 8h, animarão à discussão as professoras Rosângela Dias de Oliveira Paz do Departamento de Fundamentos, e Márcia Aparecida Accorsi Pereira, do Departamento de Política e Gestão Social da Faculdade de Serviço Social. Às 19h será a vez de Márcia Calhes Paixão, do Departamento de Fundamentos, Rosalina de Santa Cruz Leite, do Departamento de Política e Gestão Social, e do assistente social Thiago Barbosa da Silva, na sala 333.

REUNIÃO DA ABEPSS

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social realizará na terça-feira, 18/5, uma reunião na sede da APROPUC, em pauta o tema a ABEPSS como uma associação político científica. O encontro contará com a presença da presidente da entidade, professora Elaine Behring.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 -
CEP: 05009-000 -
Fone: 3872-2685.

Atapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 -
Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Gabriela Moncau
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, Ivan Martin, e Victoria Claire Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Comitê contra os efeitos da crise apresenta balanço e perspectivas

A Audiência Pública com o reitor Dirceu de Mello, no dia 28/4, no TUCA, foi um momento importante para a PUC-SP. Há oito anos, a comunidade não tinha um espaço de discussão para apresentar suas reivindicações diretamente à direção da universidade. Foi aberto um canal de diálogo fundamental para o resgate do exercício democrático perdido na última gestão da reitora Maura Véras. A atividade foi impulsionada pelo Comitê Contra os Efeitos da Crise - composto por Centros Acadêmicos, APROPUC e estudantes independentes - que vinha se reunindo desde o começo do ano. O Comitê também organizou o ato do dia 30/3, que levantou as principais reivindicações da comunidade pelos corredores da universidade.

Na Audiência Pública, mais de mil pessoas puderam acompanhar as respostas do reitor para os principais problemas da universidade. Qualquer estudan-

te, professor e funcionário teve a liberdade de fazer questionamentos diretamente ao gestor da PUC-SP. Os membros do Comitê apresentaram suas principais reivindicações: Redução das mensalidades; abertura imediata do edital de bolsas; rematrícula imediata dos inadimplentes; fim da SAE; retirada imediata da sindicância aos estudantes; fim da maximização dos contratos docentes; fim das disparidades salariais dos professores; regularização do ingresso e promoção na carreira docente; reintegração de todos os demitidos; cumprimento do reajuste salarial de 7,4%; incorporação imediata dos funcionários terceirizados como funcionários da PUC-SP; fim da segurança privada na PUC-SP; auditoria pública da dívida da universidade controlada pelas organizações dos três setores, professores, estudantes e funcionários.

Apesar do esforço democrático de Dirceu, com

sua boa argumentação e retórica, as respostas não foram objetivas acerca das questões levantadas pela comunidade. Muitas vezes, o reitor atribuía a responsabilidade destas questões a terceiros, seja à antiga reitoria, seja à Igreja. Aqueles que compareceram, certamente saíram inquietos, afinal os problemas foram expostos, mas nenhuma garantia de mudança foi apresentada.

Isso não desmerece a importância da Audiência Pública, pelo contrário, os problemas são escancarados e as contradições aparecem. É criado, portanto, um cenário de pressão política, na qual todos os setores da comunidade têm peso para exigir o atendimento das pautas levantadas.

Depois da Audiência, o Comitê Contra os Efeitos da Crise realizou uma reunião de balanço e levantou as propostas para o andamento de suas atividades. Além de uma segunda Audiência Pública - a ser marcada para o início do se-

gundo semestre, entre agosto e setembro -, e do abaixo assinado que está circulando pela universidade, o Comitê pretende realizar um debate para o final de maio e um ato relacionado à inadimplência para o final do semestre.

O debate abordará a atual situação da universidade e da educação no país. Os presentes poderão compreender com mais profundidade as atuais políticas do ensino superior no país, e relacioná-la à crise econômica capitalista e a situação da PUC-SP. O ato que está sendo preparado pedirá a rematrícula dos inadimplentes para o segundo semestre. É nesse período que os estudantes com pendências financeiras têm dificuldades para realizarem a matrícula e são literalmente chutados da universidade.

Outros pontos também estão sendo discutidos. As reuniões são abertas e acontecem semanalmente. Venha construir conosco.

Comitê Contra os Efeitos da Crise.

ASSEMBLÉIA DOS FUNCIONÁRIOS

13/5
Quarta-feira
14h - sala 333

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PROCESSANTE

APROPUC e Fundação iniciam discussão sobre pagamento da dívida de 2005

Na segunda-feira, 5/5, aconteceu a primeira reunião para elaboração de uma proposta para pagamento da dívida referente ao dissídio de 2005. A PUC-SP deixou de pagar os 7,66% que os professores tinham direito pelo acordo salarial daquele ano. Esse valor ainda não foi incorporado aos salários dos docentes e representam hoje um montante superior a três salários de cada professor (no balanço publicado pela PUC-SP na Gazeta Mercantil, essa dívida equivale a R\$43.545 milhões, incluídos os encargos de FGTS e PIS).

Nesse primeiro encontro, os assessores da Fundação detalharam para a diretoria da APROPUC o balanço da universidade, explicando a situação atual da PUC-SP, tendo em vista suas receitas, despesas e o endividamento decorrente das últimas administrações.

Um tema que consumiu um tempo razoável da explicação da Fundasp foi a questão da inadimplência e como ela é caracterizada no orçamento. Segundo os números apresentados, a PUC-SP teve uma receita da ordem de R\$349 milhões. Porém, no ano de 2008, só foram pagos R\$289 milhões. Uma parte desses valores já foram negociados com os estudantes. Os assessores da Fundasp lembraram o quanto esses valores são essenciais ao bom andamento da universidade, mas a diretoria da APROPUC também lembrou que os critérios de nego-

ciação de dívidas não são satisfatórios, pois não são poucos os casos em que alunos relatam a dificuldade de fechar acordos, mesmo apresentando propostas concretas.

SUPERÁVIT

O balanço da PUC-SP apresentou um superávit de cerca de R\$4 milhões. Porém, nele não estava incluído qualquer pagamento das dívidas salariais dos professores (nem mesmo a de 2004 que começou a ser paga no mês passado) e, segundo os assessores, essa "sobra" será aplicada na cobertura de novos empréstimos que poderão ser feitos ao longo do ano, caso a universidade não tenha possibilidade de economizar para o pagamento de 1/3 de férias e 13º salário de professores e funcionários. Para a Fundasp, a situação da PUC-SP só caminhará para a normalidade a partir de 2011, quando uma parte considerável dos empréstimos contraídos pelas duas últimas gestões for quitada.

O professor Nicolás Nuñez, assessor da Fundação, apresentou um gráfico com a evolução dos déficits/superávits da PUC-SP nos últimos anos. Embora discordando da maneira como foram feitas as demissões em 2006, o professor afirmou que seria insuportável para a instituição com um déficit como o daquele ano, que ultrapassava os R\$70 milhões. Já a APROPUC lembrou sua posição contrária às demissões de 2006.

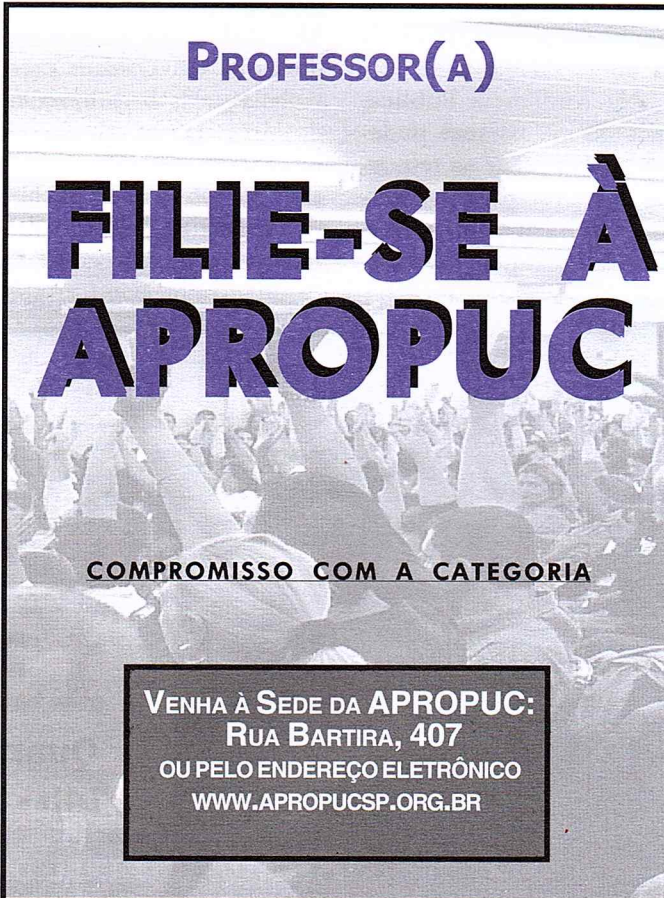
VERBAS DE REPRESENTAÇÃO

Um ponto que chamou a atenção da diretoria da APROPUC foi a confirmação, feita pela Fundasp, que embora tenha sido extinta a verba de representação para os cargos administrativos da universidade, hoje existe o chamado adicional de função, destinado aos assessores da Fundasp (que através de ato do reitor passaram a subordinarem-se à reitoria) e aos vice-reitores, entre outros. A diretoria da entidade dos professores lembrou a sua posição frontalmente contrária às verbas de representação, que, no fundo, definem um salário diferente para os trabalhadores da casa e solicitou à gerente da Divisão

de Recursos Humanos, uma discriminação geral dos valores e das pessoas que percebem este adicional.

De um modo geral o professor Nicolás Nuñez, assessor da Fundasp considerou que, dentro do quadro demonstrado, um pagamento imediato da dívida de 2005 é pouco provável sem que a operação da instituição seja prejudicada.

As duas partes marcaram uma nova reunião para o dia 19/5 quando será finalizada a apresentação dos dados da universidade. Nesta semana também está agendada a assinatura do acordo interno dos professores que acontecerá no dia 14/5, na sede da APROPUC. Na mesma data também será assinado o Acordo dos funcionários na sede da AFAPUC.



PROFESSOR(A)

FILIE-SE À APROPUC

COMPROMISSO COM A CATEGORIA

**VENHA À SEDE DA APROPUC:
RUA BARTIRA, 407
OU PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO
WWW.APROPUCSP.ORG.BR**

FALA COMUNIDADE

Sobre a nova Lei do Estágio

Karel W. R. Guerra

A nova Lei do Estágio há muito se fazia necessária para evitar abusos, que tanto empresas privadas como públicas promoviam contra o jovem, atendendo o objetivo de garantir manutenção deste último e também o de trazer vantagens, tanto tributárias como financeiras para as empresas, devido ao baixo gasto e o escasso comprometimento que tinham com os estagiários. Porém, continua a dúvida, de se a nova lei vai acabar com uma "escravidão" ou fazer algo pior: desestimular a contratação de estagiários.

Partindo do pressuposto, para uma construção crítica, de que somos tidos como aptos a escolher a profissão que queremos logo aos 18 anos - ou até menos -, então, por que não podemos escolher a forma que queremos nos preparar para esse exercício profissional? É certo que muitas vezes o estágio realmente acaba sendo desvirtuado e deixando de ser uma complementação na formação profissional, para se tornar uma forma de garantir essa formação e também a manutenção do jovem, tendo em vista os altos custos dos estudos numa instituição privada e, em geral, para viver em uma grande metrópole, como São Paulo. Isso acaba por aprisionar o jovem no "estágio" e o obriga a demonstrar cada vez mais serviço para evoluir dentro da empresa, ou seja, trabalhar horas extras, levar serviço para casa, chegar atrasado na aula, não ter tempo para estudar, etc.

É bem verdade que é

isso o que algumas empresas (escritórios de advocacia, no nosso caso) acabam fazendo; extrapolando e abusando da mão de obra barata e disposta do estagiário, de tal forma, que esse acaba deformado ao invés de melhor preparado, por se ocupar principalmente, ou APENAS, de serviços "mecânicos", como requisitar cópias, tirar fotos, entregar documentos, arquivar cópias, petições simples e outras coisas sem importância. Enquanto isso, poderíamos estar fazendo cursos de línguas, estudando para a faculdade e mesmo participando de atividades políticas, programas culturais, de lazer e familiares. Afinal, só se é jovem uma vez na vida.

Mesmo sendo jovem e considerando aquele velho ditado, "o trabalho engrandece o homem", como uma verdade, entendo que apenas o trabalho não é mais suficiente para nos preparar para um mundo cada vez mais competitivo e caótico. Então, por que não conciliar os dois, formação profissional e formação cidadã civilizada? Por que a Lei não deixa livre a carga horária a ser contratada e estabelece restrições mais objetivas às instituições concedentes, maiores benefícios ao estagiário? Como por exemplo: direito a se ausentar duas vezes por semana para participar de outra atividade complementar (cursos de línguas, de formação etc.), plano de carreira obrigatório, proibição de tarefas não relacionadas à futura carreira etc., assim como em casos que já constam da Lei, de em semana de prova ter a carga horária reduzida.

Essas são apenas algu-

Trabalhadoras da limpeza denunciam condições de trabalho

O PUCviva recebeu das funcionárias da empresa Higlimp a carta que reproduzimos abaixo denunciando as suas condições de trabalho na PUC-SP:

Nós, da empresa terceirizada, estamos trabalhando em condições precárias.

Nosso café da manhã é com pão mofado e café com sujeira dentro.

Na hora do almoço as baratas passam na parede e na mesa que almoçamos.

Recebemos nosso vale-transporte em datas diferentes e com valores diferentes tendo que pagar do próprio bolso para trabalhar.

Nosso vale refeição e alimentação vem todo errado e muitas vezes nem recebemos.

Ficamos doentes e trazemos atestado e mesmo

assim é descontado do salário. Mesmo com atestado perdemos a cesta básica.

Somos tratados que nem cachorro pela supervisora Eloisa e pela encarregada Jaqueline. Queremos respeito e dignidade para trabalhar.

Trabalhamos o mês inteiro e queremos receber aquilo que temos direito.

Não temos material decente para trabalhar. Falta vassouras, pano de chão, Veja e outros produtos.

Queremos que mudem a encarregada e a supervisora, e esperamos que o Sr. Reitor resolva os nossos problemas, pois queremos ser respeitadas que é um direito de todo funcionário.

Auxiliares de Limpeza da PUC-SP

mas reflexões sobre o tema que é muito próximo da nossa realidade estudantil, já em processo de profissionalização. Existem diversos outros temas relacionados à nova lei do estágio que poderiam e mesmo deveriam ter sido abordados. Como, por exemplo, a forma de fiscalização das instituições prestadoras de estágio, qual seria o papel dos nossos Centros Acadêmicos, da nossa universidade nesse novo contexto de estágio, etc. Ficam aqui essas primeiras impressões, objetivando suscitar um debate, tão importante quanto urgente, em nossa Universidade. Primeiramente, sugerimos às enti-

dades estudantis, fazendo uma pesquisa de opinião para levantar o posicionamento dos demais alunos sobre o tema, com perguntas do tipo: A nova Lei do estágio está sendo aplicada no seu trabalho? Quais foram os efeitos da nova Lei? Houve redução de salário? O aluno gostaria de trabalhar menos, porém ganhar menos? Se pudesse optar por aplicar a nova lei ou não, o que optaria? E depois, promovendo um debate público sobre o assunto, envolvendo representantes dos envolvidos na questão.

Karel W. R. Guerra é estudante da Graduação em Direito da PUC-SP

MOVIMENTOS SOCIAIS



FOTOS DE IVAN MARTIN

Acima trabalhadores e estudantes comparecem à Praça da Sé; no destaque a presença da professora Bia Abramides, da APROPUC, e estudantes da PUC-SP

Trabalhadores realizam um 1º de Maio combativo

Ao contrário de grandes centrais sindicais, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e Força Sindical que promoveram festas, shows e sorteios no 1º de Maio, uma série de movimentos sociais, frentes sindicais e estudantis organizaram um ato na Praça da Sé, com o tema "Os trabalhadores não vão pagar pela crise". O ato reuniu cerca de duas mil pessoas e levantou as principais bandeiras de luta dos trabalhadores em momento de crise do capitalismo: emprego, salário, moradia, terra e direitos sociais, e contra a criminalização dos movimentos sociais. O ato foi organizado pela Conlutas, Intersindical, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, Fórum das Pastorais Sindicais, Consulta Popular e Tribunal Popular.

Entre as bandeiras e palavras de ordem, os manifestantes exigiram emprego para todos, com redução da jornada de trabalho e sem redução de salário. Foi lembrada a luta dos trabalhadores da Embraer, que lutam pela reintegração dos demitidos e pedem a reestatização da empresa. Militantes do campo e da cidade pediram o fim da criminalização dos movimentos sociais. Também foi levantada a luta dos trabalhadores de outros países, que sofrem com os efeitos da crise e, numa perspectiva histórica, foi lembrada a luta daqueles que sofreram com a repressão do chumbo da ditadura militar.

Diversos grupos da PUC-SP estiveram presentes na Praça da Sé. Entre eles APROPUC, os Centros Acadêmicos de Servi-

ço Social, Ciências Sociais e Comunicação, além de membros do Comitê Contra os Efeitos da Crise, do Comitê de Mulheres Lésbicas da PUC-SP e do Núcleo de Relações do Trabalho de Serviço Social. O estudante de Multimeios, André Nankran, compareceu ao ato, pois considera importante apoiar a luta dos trabalhadores. "É essencial que nem estudantes, nem trabalhadores paguem pela crise. Acho ruim a CUT e a Força Sindical promoverem shows, porque hoje não é um dia de festa e não estamos em tempo de festejar. Está havendo uma série de demissões e os trabalhadores estão sofrendo", comentou.

Bia Abramides, presidente da APROPUC, comentou que a Associação dos professores levantou bandeiras gerais contra as

demissões e a precarização do trabalho, além de todas as reivindicações dos professores expostas no Comitê Contra os Efeitos da Crise. "O 1º de Maio é um dia de luta que deve estar sob as bandeiras da classe operária, da perspectiva de autonomia e independência de classe, no campo de esquerda unitário. Porém, em momentos de crise, faltaram bandeiras gerais e unificadas", ressaltou. Também comentou que a unidade não significa um acordo pactuado, mas sim unificar a classe pela autonomia.

"É preciso lutar contra o desemprego, unificar trabalhadores empregados e desempregados através da luta. Pela escala móvel de trabalho, possibilitando o emprego para todos. Temos que aprender com a história para avançar em um novo período", concluiu.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Moradora de Paraisópolis morre em alojamento da Prefeitura

A irresponsabilidade da prefeitura de São Paulo fez uma vítima na favela de Paraisópolis. Na noite de sábado, dia 2/5, morreu Maria de Lourdes Oliveira Silva, 56 anos, que morava em um alojamento da prefeitura, próximo ao CÉU Paraisópolis.

Maria escutava música quando um curto-circuito iniciou um incêndio em sua casa. Como o alojamento não possuía extintores, os vizinhos e familiares tiveram que buscar baldes e mangueiras nos arredores para tentar conter o fogo. Segundo os moradores, os bombeiros não demoraram a chegar, mas como havia apenas uma saída em cada alojamento, Maria de Lourdes ficou presa e foi intoxicada pela fumaça. Da casa, em que ocorreu o incêndio, só restaram destroços. A família perdeu todos os seus bens e documentos, incluindo três cestas básicas recém compradas.

O enterro foi custeado pelos comerciantes e vizinhos que se sensibilizaram com a situação e contribuíram com a doação de dinheiro, além de roupas e alimentos, que beneficiaram outros moradores da casa. As autoridades não cederam nenhum tipo de abrigo provisório aos outros nove atingidos, dentre eles, cinco crianças.

O alojamento abriga moradores que foram retirados de suas casas (a maioria do local conhecido como "A praça é nossa") por estarem em áreas de risco. Foi dito aos moradores que ficariam no alojamen-

to por cerca de um ano, no entanto a maioria deles está a mais de três anos.

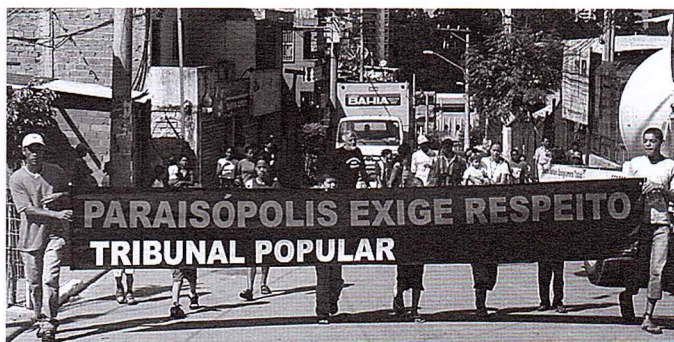
Não há a mínima condição de receber os moradores no alojamento. Além de não ser equipado à prova de incêndios, os apartamentos são muito pequenos (em torno de 15m², cada um), com apenas um cômodo e banheiro. Há seis meses um curto-circuito fez com que outra moradora perdesse todos os seus bens.

MANIFESTAÇÃO

Indignados com tal situação, os moradores do alojamento e de outras partes de Paraisópolis, dirigiram-se à sede da Planova, responsável pela construção das instalações.

Lá ocuparam uma sala e informaram que não sairiam enquanto não fossem atendidos. Algum tempo depois, funcionários da prefeitura disseram que não poderiam atender as reivindicações, apenas encaminhar aos órgãos responsáveis. A população, então, pediu para que os representantes destes órgãos fossem chamados.

Em seguida, enquanto os moradores aguardavam algum pronunciamento, os funcionários da prefeitura saíram correndo do local, sem prestar nenhum tipo de explicação. Cerca de quatro carros da Guarda Civil Metropolitana, quatro viaturas e nove motos da Polícia Militar chegaram à sede, alegando uma denúncia de que os moradores mantinham reféns no local. Não se sabe quem transmi-



CAIO ZINET

Na terça-feira, 5/5, moradores de Paraisópolis saem as ruas pedindo melhores condições de moradia

tiu a informação, mas, ao perceber que a manifestação era pacífica, aos poucos o efetivo policial se desfez.

Após a confusão, uma equipe de engenheiros da construtora Planova prometeu agendar reunião com a prefeitura para discutir o assunto, mas até o fecha-

mento dessa edição a reunião não havia sido marcada. Durante o fechamento da edição, problemas semelhantes ocorreram no bairro Cidade Tiradentes.

A APROPUC reitera o apoio à causa dos moradores e à campanha "Paraisópolis Exige Respeito".

Trabalhadores da USP em greve por educação pública e fim da repressão

Os trabalhadores da USP, em assembléia realizada no dia 5/5, confirmaram o indicativo e entraram em greve por tempo indeterminado. Entre as principais reivindicações está a readmissão de Brandão, diretor do Sintusp, demitido por atividades sindicais; incorporação de R\$200,00 ao salário e 17% de reposição parcial das perdas (42%) desde 1989; retirada dos processos contra outros militantes e multa de R\$346.000,00 pela ocupação da reitoria em 2007; garantia do emprego dos atuais 5.214 funcionários da USP, contratados após 1988; pela derrubada do Sistema de Gestão de Pessoas por Competência.

A greve foi determinada, pois a reitora da USP, Suelly Vilela, não fez nenhuma reunião com os trabalhadores até o dia

da assembléia. A APROPUC está ao lado dos trabalhadores e encaminhou um manifesto de solidariedade cuja ítegra publicamos abaixo:

A APROPUC - Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo apóia a luta e o movimento de greve dos trabalhadores e estudantes da USP, em defesa da educação pública, garantia de empregos e melhores salários.

Os trabalhadores não podem ser os culpados pela crise econômica e sofrem com as injustas demissões e retirada de seus direitos com a perseguição política nas universidades, no funcionalismo em geral e demais empresas privadas.

Maria Beatriz Abramides
Presidente da APROPUC

ROLA NA RAMPA

Curso debate marxismo na América Latina

O Instituto Diadorim e o Centro de Estudos de História da América Latina da PUC-SP organizam o curso *História do Marxismo na América Latina*. O curso tem como objetivo ampliar as perspectivas de ação social transformadora dos movimentos sociais, a partir de um diálogo com os interpretes marxistas da realidade latino-americana. O curso acontecerá todos os sábados entre os dias 9/5 e 27/6, no Centro Comunitário da APCEF, Av. Yervant Kissajikian,

1.256, Interlagos. No próximo sábado, 16/5, acontece o debate *Caio Prado: Formação Histórica Brasileira*, com o professor Bernardo Ricupero (USP), e no dia 23/5, *Nelson Werneck Sodré: Revolução e a Esquerda Militar no Brasil*, com o professor Paulo Cunha (UNESP). A programação completa e outras informações podem ser acessadas no blog <http://instituto diadorim.wordpress.com/about> ou ainda pelo telefone 9680-2441.

CA de Psicologia promove semana pré-luta antimanicomial

O centro acadêmico de Psicologia promove, entre os dias 11/5 e 15/5, uma série de debates e atividades na Prainha e na sede da entidade. A abertura do evento será no dia 11/5, às 17h30, com apresentação da Psicolata para abertura do desfile da grife DASDOI-

DA, seguido de um bate-papo sobre Economia Solidária e Saúde Mental. A semana continua com atividades no Centro Acadêmico e encerra no dia 15/5 com uma festa sobre o tema "O Planeta enlouqueceu ou quem enlouqueceu fui eu?".

Eventos sobre África acontecem na PUC

O PAC (Setor de atendimento comunitário), em conjunto com o CECAFRO/PUCSP (Centro de Estudos Culturais Africanos) e estudantes africanos organizam entre os dias 18/5 e 30/5, o evento *Viagem à África*. O programa promoverá debates e oficinas de línguas, danças, mostra de cinema, artesanatos e degustação

de pratos típicos de países como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique. O intuito dessas atividades é possibilitar à comunidade universitária maior contato com algumas das diversas etnias e manifestações culturais da África, além de entender mais sobre nossa grande miscigenação e proximidade histórico-cultural.

Construção Coletiva promove debates

O Movimento Construção Coletiva, formado por estudantes de Direito da PUC-SP, promoverá três aulas abertas, no Pátio da Cruz, com o professor Wiliis Guerra e mais um convidado em cada aula. O primeiro debate será: *Resgate Histórico: de onde viemos*, que acontecerá no dia 14/05, às 11h.

A segunda aula será: *A exceção no Direito: quem somos*, dia 26/05, às 20h. O terceiro e último debate: *Perspectivas: para onde vamos*, dia 04/06, às 19h. O material de apoio para quem quiser acompanhar o debate encontra-se na pasta 213 do Xerox do Centro Acadêmico 22 de agosto.

Mulheres criam frente contra criminalização do aborto

Dia 11/5, às 19h, na Assembléia Legislativa Municipal de São Paulo, acontecerá o lançamento da Frente Paulista pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto. A Frente foi criada para lutar pela dignidade e cidadania de todas as mu-

lheres e tem como intuito principal reafirmar o compromisso com a construção de um mundo justo, fraterno e solidário, contra a criminalização das mulheres que fazem aborto. O evento acontecerá no auditório Sérgio Vieira de Melo, Viaduto Jacareí, nº 100.

Debate Ação afirmativa na PUC-SP

Com o objetivo de pautar a implementação de políticas de ação afirmativa na PUC-SP, o coletivo Pró-Ação Afirmativa organiza no dia 22/05, às 19h, no auditório 239, o debate "Ação afirmativa na PUC-SP". Os debatedores são Teresinha Bernardo e Élio Pereira.

NU-SOL lança nova revista

No próximo dia 13/5, o núcleo de sociabilidade libertária (da pós-graduação de ciências sociais) lançará a revista *Verve 15*, às 18h, no Museu da Cultura. Durante o evento serão lançadas as exposições *Gentografia* e o DVD *Os insurgentes*. O dia marca também o início do curso livre *Anarquias*, ministradas por Thiago Rodrigues e Acácio Augusto.

Homenagem à professora Chica Guimarães

Na segunda-feira, 18/5, acontece a homenagem à professora Chica Guimarães Hatakeyama, da Faculdade de Psicologia, falecida no último dia 24/4.

O dia escolhido é o mesmo no qual ela defenderia sua tese de doutorado e seus colegas prestarão uma homenagem a professora na sala 333, às 14h.